

ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO
(A SER ADAPTADA DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA)

CONTRATO N.º
XXX/2025/EMPAV

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A EMPAV –
EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO E
URBANIDADES E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A **Empav - EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO E URBANIDADES**, empresa pública municipal, neste ato representada por sua Diretora Presidente, **MIRELLY VASCONCELOS CARDOSO**, e por sua Diretora Administrativa e Financeira, **LICIANE CRIVELLARI BARBOSA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.783.044/0001-38, com endereço na Av. Brasil, n.º 1055, Poço Rico, CEP 36.020-010, Juiz de Fora/MG, e a sociedade empresária **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º **XX.XXX.XXX/XXXXX-XX**, com sede à **XXXXXXXXXXXXXX**, n.º **XXX**, Bairro **XXXXX**, **XXXXXXXXXX/XX**, CEP **XX.XXX-XXX**, pelo seu representante infra-assinado Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador do RG **XX-XXXXXX** e do CPF: **XXX.XXX.XXX-XX**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, considerando o resultado do procedimento auxiliar de credenciamento, conforme consta no **Processo Administrativo Eletrônico Próprio n.º XXX/2025 e Edital de credenciamento n.º 002/2025/Empav**, obedecidas as disposições da Lei nº 13.303/2016, e suas alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empav, das demais normas legais aplicáveis e as condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto o **“Credenciamento de leiloeiros públicos oficiais, regularmente matriculados na junta comercial do estado de Minas Gerais (JUCEMG), para a prestação de serviços técnicos especializados de alienação de bens móveis e imóveis inservíveis ou desafetados de propriedade da Empav”**.

1.2. São partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição, o Termo de Referência, o Aviso de Licitação, o Edital e todos os seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O preço, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta conforme o Termo de Referência do **Edital de credenciamento n.º 002/2025/Empav** são as que seguem:

2.2. O valor total estimado do contrato é de **R\$0,00 (zero reais)**.

2.3. A remuneração do leiloeiro será a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado, paga diretamente pelo arrematante, conforme a praxe de mercado e legislação aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento da comissão de 5% será realizado diretamente pelo arrematante para o leiloeiro, sendo deste a responsabilidade de sua cobrança

3.2. O serviço será prestado **SEM ÔNUS** para a EMPAV.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A contratação se dará por inexigibilidade de licitação, via credenciamento, com chamamento público permanentemente aberto.

4.2. Havendo mais de um leiloeiro credenciado, a convocação para a realização dos leilões se dará por critério objetivo de rodízio, obedecendo-se rigorosamente à ordem cronológica de habilitação, para garantir a impessoalidade.

4.3. O leiloeiro que, convocado, recusar-se a realizar o leilão, será reclassificado para o final da lista de rodízio.

4.4. Os procedimentos realizados, em todas as suas fases, serão acompanhados pelo Departamento de Logística e Gestão de Frotas (DLOG/SSEIN/SELICON).

4.5. A execução contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Logística e Gestão de Frotas (DLOG/SSEIN/SELICON), por servidor a ser nomeado oportunamente, com as seguintes atribuições:

a) Gestor dos contratos: Responsável pela coordenação geral, gestão de ocorrências e aplicação de sanções.

b) Fiscal Técnico: Responsável por verificar a conformidade dos laudos de

avaliação, aprovar a

minuta do edital de leilão e fiscalizar a execução técnica do certame.

c) Fiscal Administrativo: Responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação do credenciado e os trâmites formais do processo.

4.6. Todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato deverão ser registradas em relatório próprio pelo fiscal.

5.7. A fiscalização exercida pela Empav não exime nem diminui a responsabilidade do leiloeiro por qualquer falha na execução do serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura de ambas as partes, admitida a prorrogação por igual período até o prazo máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do **art. 71 da Lei nº 13.303/2016**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes, ou rescindido pela CONTRATANTE mediante aviso-prévio de 30 (trinta) dias, que deverá ser formalizado pela parte interessada.

5.2. As Ordens de Serviço decorrentes do Contrato serão emitidas mediante demandas, conforme a necessidade da Empav.

5.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

5.3.1. A CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da Administração Pública Estadual ou do próprio órgão CONTRATANTE, enquanto perdurarem os efeitos;

5.3.2. A CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. A CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

5.3.4. Verificadas ocorrências graves registradas pelo fiscal do contrato no processo administrativo próprio, durante a execução do serviço.

5.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado.

5.5. Não havendo interesse na prorrogação por parte da CONTRATADA, torna-se necessária a comunicação por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sob pena de inexecução parcial do contrato, culminando nas

sanções contratuais com aplicação de multa.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. No ato de assinatura deste instrumento fica a CONTRATADA obrigada a fornecer o e-mail para recebimento da ordem de serviço.

6.2. O Leiloeiro Credenciado deverá executar os seguintes serviços, divididos por fase:

6.2.1. Fase Preparatória:

a) Avaliação: Realizar laudo de avaliação para cada bem, contendo, no mínimo: descrição completa, marca/modelo, ano, placa, chassi (se aplicável), estado de conservação, registro fotográfico de alta qualidade e preço mínimo de venda justificado.

b) Elaboração do Edital de Leilão: Confeccionar a minuta do edital específico de cada leilão, contendo todas as regras do certame (incluindo as cláusulas de pagamento e sanções aos arrematantes, conforme detalhado no item 10 deste TR) e submetê-la à aprovação da Comissão de Fiscalização em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da relação dos bens.

6.2.2. Fase de Divulgação:

a) Publicidade: Divulgar o leilão, às suas expensas, em seu sítio eletrônico e em pelo menos, 1 (um) jornal de grande circulação regional e 1 (um) portal online especializado em leilões.

b) Disponibilização de Informações: Publicar em seu site todas as informações relevantes, incluindo fotos, catálogos e características dos lotes, possibilitando a visualização completa pelos interessados.

6.2.3. Fase de Execução do Leilão:

a) Plataforma Eletrônica: O leilão deverá ocorrer em plataforma online que atenda aos seguintes requisitos:

I. Transmissão ao vivo com áudio e vídeo;

II. Recepção de lances em tempo real pela internet;

III. Mecanismo que impeça lances inferiores ao último ofertado, respeitando o incremento mínimo;

IV. Disponibilização gratuita para acesso e participação dos licitantes.

b) Disponibilização de Equipe: O leiloeiro deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e equipamentos necessários para a perfeita execução do certame.

6.2.4. Fase Pós-Leilão:

a) Prestação de Contas: Em até 5 (cinco) dias úteis após a liquidação financeira do leilão, apresentar relatório final detalhado à Fiscalização, com a relação de bens arrematados, valores, dados dos arrematantes e os respectivos comprovantes.

6.3. O serviço será considerado concluído e recebido após a homologação da prestação de contas de cada leilão realizado.

6.3.1. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, nem ético profissional pela perfeita execução do objeto, nos limites estabelecidos na lei ou no contrato

6.3.2 O recebimento poderá ser dispensado nas hipóteses em que não se fizer necessário ou possível, desde que devidamente justificado pelo Gestor do Contrato, e aceito pela Diretoria Administrativa/Financeira.

6.4. O descumprimento dos prazos previstos no Termo de Referência e seus anexos, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados a Empav ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

6.4.1. A CONTRATADA que não cumprir os prazos estipulados ficará sujeita às sanções estabelecidas no **Termo de Referência**.

6.5. A prestação de serviços deverá estar em conformidade com a descrição, especificação, quantidade e qualidade do objeto especificado no Termo de Referência e respectiva Ordem de Serviço.

6.6. Os serviços deverão atender às especificações técnicas e regulamentos técnicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução da prestação de serviço decorrentes deste contrato será formalizada pela assinatura deste instrumento contratual entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, nos termos da Lei.

7.2. A CONTRATADA fica obrigada a atender todas as exigências previstas no Edital e seus anexos, durante a vigência deste Contrato.

7.3. A prestação de serviços será efetuada mediante solicitação da CONTRATANTE, a qual deverá ser feita mediante **Ordens de Serviço**.

7.4. As cópias das **Ordens de Serviço** deverão ser anexadas ao processo de administração do contrato, para acompanhamento dos quantitativos.

7.5. Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS REGRAS DO LEILÃO (A SEREM INCLUÍDAS PELO LEILOEIRO NO EDITAL ESPECÍFICO).

8.1. **Pagamento pelo Arrematante:** o pagamento pelo arrematante sobre o bem arrematado deverá ser realizado à vista, por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, com a utilização de código próprio para esta finalidade, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da homologação do certame.

8.1.1. **Pagamento da comissão a ser recebida pelo leiloeiro:** o pagamento a título de comissão do leiloeiro responsável será emitido separadamente, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, na importância de 5% sobre o valor do bem arrematado, com a utilização de código próprio para esta finalidade, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após homologação do certame.

8.2. **Entrega dos Bens:** os bens serão liberados para retirada pelo arrematante apenas após a confirmação do pagamento do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em favor da EMPAV, mediante a adoção do código próprio, cabendo à Secretaria de Fazenda a confirmação do recebimento dos créditos correspondentes, para que em seguida seja possível autorizar e levar a transferência da titularidade do item arrematado.

8.3. **Prazo para Retirada:** O arrematante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a convocação, para retirar os bens arrematados.

8.4. **Consequências da Não Retirada:** A não retirada do bem no prazo estipulado sujeitará o arrematante a multa diária de 1% sobre o valor do lote, limitada a 15 dias. Após este prazo, o ato será considerado "ABANDONO", com a perda do bem e do valor pago, revertendo o bem ao patrimônio do Município.

8.5. **Ônus do Arrematante:** Correrão por conta do arrematante todas as despesas com a retirada, transporte e transferência de propriedade dos bens, bem como quaisquer impostos ou taxas incidentes sobre a aquisição.

8.6. **Estado dos Bens:** Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações posteriores à arrematação.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

9.1. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela CONTRATANTE, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-lhes integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

9.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela CONTRATANTE, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela CONTRATANTE a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

9.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento da CONTRATANTE, esta comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à CONTRATANTE a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não o eximem das responsabilidades assumidas perante a CONTRATANTE, nos termos desta cláusula.

9.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da CONTRATANTE, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à CONTRATANTE, mediante adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) medida judicial apropriada, a critério da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA:

10.1. A empresa vencedora deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade

ambiental, de forma a garantir a máxima proteção durante a realização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Além das estabelecidas no Instrumento Convocatório e em seus Anexos, constituem obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1 Designar empregado incumbido da fiscalização da execução contratual, ao qual competirá:

- I. Supervisionar e acompanhar a execução contratual, adotando todas as providências para a garantia da perfeita execução dos serviços;
- II. Atestar a execução dos serviços de acordo com as especificações;
- III. Aceitar o objeto do contrato, para efeito de pagamento;
- IV. Registrar no Processo Administrativo próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas da CONTRATADA ou de falha na execução dos serviços.

11.1.2. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste instrumento;

11.1.3. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas no contrato, o servidor responsável não poderá atestar sua prestação e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

11.1.4. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, pertinentes ao objeto, necessária à perfeita execução do Contrato;

11.1.5. Fiscalizar o cumprimento do contrato, no que tange a prazos, quantitativos, prestação adequada dos serviços, cumprimento das obrigações da CONTRATADA e da própria CONTRATANTE, designando funcionário que será responsável pelo registro no processo administrativo próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas da CONTRATADA ou de falhas na execução da prestação.

11.1.6. Notificar, por escrito, à CONTRATADA das ocorrências contratuais que podem ensejar aplicação de qualquer sanção, garantindo o contraditório.

11.1.7. Aplicar à sociedade empresária CONTRATADA penalidades, quando for o caso;

11.1.8. Dirimir as dúvidas que porventura ocorram na prestação do serviço, redirecionando as ações para sua solução;

11.1.9. Rejeitar no todo, ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações descritas neste Contrato, bem como relativamente às obrigações assumidas pela CONTRATADA.

11.1.10. Comunicar imediatamente à CONTRATADA, por escrito, qualquer incorreção verificada no objeto fornecido para que seja substituído ou corrigido conforme prazo fixado na Cláusula Sétima – DOS PRAZOS DE PRESTAÇÕES DOS SERVIÇOS.

11.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. Além das estabelecidas no Instrumento Convocatório e em seus Anexos, constituem obrigações da CONTRATADA:

11.2.1. A CONTRATADA se obriga a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato, obedecendo às especificações e condições exigidas na proposta e no preço avençado.

11.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço prestado;

11.2.3. A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do Contrato.

11.2.4. Prestar o serviço para a Empav, cumprindo rigorosamente as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e seus anexos;

11.2.5. A CONTRATADA deve credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar os devidos esclarecimentos ao fiscal do contrato e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

11.2.6. Realizar o serviço objeto do Contrato, com eficiência e presteza, dentro dos prazos e especificações descritas no Termo de Referência; sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A CONTRATANTE, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade do serviço e dos produtos com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo, quando couber.

11.2.7. Comunicar à Empav qualquer eventualidade que prejudique ou impossibilite o cumprimento dos prazos de execução em até 02 (dois) dias corridos antes do prazo máximo de entrega, o que só será aceito mediante julgamento da Empav.

11.2.8. Emitir notas fiscais referentes à prestação do(s) serviço(s) objeto deste termo contratual;

11.2.9. Adotar na prestação de serviços práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental e obedecer aos requisitos de sustentabilidade relativamente aos materiais utilizados e forma de execução dos serviços propostos, a serem utilizados na prestação de serviços.

11.2.10. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.2.11. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à Empav ou a terceiros, durante a execução do contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da Empav, podendo está para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

a) dedução de créditos da CONTRATADA;

b) medida judicial apropriada, a critério da Empav.

11.2.12. Arcar com todas as despesas para a realização integral do projeto.

11.2.13 Manter regularidade perante a JUCEMG e demais órgãos.

11.2.14. A CONTRATADA declara ciência de todos os requisitos e condições do **Termo de Referência**, bem como obriga-se a cumprir todos os termos e preços expressos em sua proposta comercial, garantindo a fiel e perfeita execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do **artigo 72 e 81 da Lei nº 13.303, de 2016**.

12.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato; nos termos do §1º do **art. 81, da Lei nº 13.303/2016**.

12.3. Sempre que for necessário acrescer ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da contratação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela

Empav, com base nos preços unitários contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o este contrato e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empav, sujeita-se às sanções previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

13.2. Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no **Art. 83 da Lei 13.303/2016**, das quais destacam-se:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto da licitação e não prejudiquem o andamento das atividades normais da Empav;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CONTRATADA, no prazo de até 02 (dois) anos;

13.3. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente.

13.3.1. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”.

13.3.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à Empav, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

13.3.3. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

13.3.3.1. A multa também poderá ser aplicada na observância das seguintes ocorrências:

- I. pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente,

dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

II. no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, caberá a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

13.4. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE.

13.5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Empav ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.6. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 13.2, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

13.7. O recurso relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao Diretor Presidente da Empav, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido.

13.8. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

13.9. A Empav poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperações judiciais e extrajudiciais da CONTRATADA;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso à Empav;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

13.10. A Empav poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público.

13.11. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência do Diretor Presidente da Empav.

13.11.1. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre

outras:

- a) não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- b) apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela Empav;
- c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- f) incorrer em inexecução contratual;
- g) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

13.12. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à Empav, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

13.13. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

13.14. Constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio alimentação dos empregados na data fixada, o que poderá dar ensejo à

rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.15. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

13.16. Se a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar for aplicada no curso da vigência de um Contrato, a Empav poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à CONTRATADA, ou mantê-lo vigente.

13.17. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

13.18. Quando o objeto da licitação não for executado até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão do Contrato será automática e perdurará até que seja realizado o serviço, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no Edital sendo que as despesas serão efetuadas às expensas da CONTRATADA.

13.19. As penalidades previstas neste Contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Empav, se entender as justificativas apresentadas pela CONTRATADA relevantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES

14.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por eletrônico e arquivados no processo administrativo próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto na Lei nº 13.303/2016, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços de forma adequada serão realizados pela Empav.

15.2. O Responsável pelo acompanhamento técnico do contrato atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação de serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a realização do serviço conforme os termos previstos neste edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO

CONTRATO

16.1. No que se refere à inexecução total ou parcial do objeto contratual, aplicar-se-ão o disposto nos **Arts. n.º 258 a 276 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empav** e disposições da Lei 13.303/16.

16.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito por iniciativa de qualquer das partes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Empav
- c) judicial, nos termos da legislação.

16.3. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos, para ressarcimento da CONTRATANTE, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

16.4. O contrato poderá, ainda, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela CONTRATANTE a qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante fato superveniente de relevante interesse público, devidamente justificado no processo administrativo, observado o contraditório da CONTRATADA e disposições legais pertinentes.

16.5. A rescisão por ato unilateral a que se refere à alínea “a” do item 17.2, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias se a rescisão se der por ato da CONTRATADA, considerando a imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos, ou de 30 (trinta) dias caso a rescisão se dê por ato unilateral da CONTRATANTE, considerando o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

17.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, não haver, até a presente data, qualquer impedimento à presente contratação ou mesmo à execução de alguma cláusula ou condição do instrumento ora pactuado.

17.2. Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta e Integridade da Empav, disponível para consulta no site da Empav, no

endereço eletrônico <https://empavjf.com.br/> e as disposições da Lei Federal nº 12.846 de 01/08/2013."

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CESSÃO / SUBCONTRATAÇÃO

18.1. É expressamente vedada a cessão, sub-rogação e subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – LGPD

19.1. As partes, por si e seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 13.709/2018) sob a proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, RILC- Empav, demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. Os extratos do CONTRATO, seu inteiro teor e seus aditivos devem ser publicados no sítio eletrônico da empresa em até 20 (vinte) dias a contar das datas das suas assinaturas, contendo o nome e o CNPJ do agente econômico, o objeto, prazo de vigência, valor do CONTRATO e fundamentação legal da contratação.

21.2. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no DOM portal do “e-Atos do Governo” da Prefeitura de Juiz de Fora/MG, e no sítio eletrônico oficial da Empresa, conforme reza o art. 51, § da Lei nº 13.303, de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, que não possam ser dirimidos administrativamente, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 02 (duas) vias de igual teor.

Juiz de Fora, assinado digitalmente.

MIRELLY VASCONCELOS CARDOSO
DIRETORA PRESIDENTE
CONTRATANTE

LICIANE CRIVELLARI BARBOSA
DIRETORA ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA
CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9215-1997-F509-A7A4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LICIANE CRIVELLARI BARBOSA (CPF 805.XXX.XXX-20) em 02/12/2025 16:33:04 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/9215-1997-F509-A7A4>